

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

----- **ATA NÚMERO CINCO** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sita no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária em exercício, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Zulmira Guterres dos Santos, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, Isabel Fernanda Moura e Sá Costa e José Fernando de Almeida Louro -----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Maria de Lurdes Carvalho Vaz. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes Jesus Pinheiro. -----

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Cintya Pereira de Paula -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Sá Costa -----

----- Lourenço Paour Miguel Costa, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Louro -----

----- Jorge Manuel Madrugo Garcia, que justificou a sua ausência e foi substituído por Maria de Lurdes Vaz -----

----- Catarina Bendito de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Cyntia de Paula -----

----- Às dezoito horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Disse que tinham público na audiência, em que algum tempo não tiveram. -----

----- Endereçou um cumprimento especial à direção da Sociedade Boa União por realizarem ali a Assembleia de Freguesia. -----

----- Pedia desculpa aos eleitos porque tentou-se fazer um encontro, colocando na primeira fila um elemento de cada partido de forma a que estivessem todos em pé de igualdade. Caso algum não se sentisse devidamente agrupado dentro do quadrante mais à esquerda ou mais ao centro, podiam fazer alterações e não havia nisso qualquer tipo de dificuldade ou fragilidade. -----

----- **Ponto 1 – Período de Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que considerando o facto de ter existido um momento de intervenção absolutamente legítimo e correto na área da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, como ocorreu noutras Freguesias, ia pedir ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que antes de iniciarem a discussão dos pontos da ordem de trabalhos fizesse uma identificação daquilo que se revestiu a ação, de forma a poder identificar junto da Assembleia de Freguesia não só o que lhes competia

saber, como também colocarem à disposição daquilo que fosse necessário para defender a transparência e acima de tudo o bom nome de todos os eleitos da Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que iria dar uma informação e muitos saberiam parte daquilo que aconteceu no passado dia 30 de março. A Polícia Judiciária esteve efetivamente nas instalações de diversas entidades ligadas ao Município de Lisboa, designadamente a Câmara e a Assembleia Municipal, a GEBALIS, a EMEL e as Juntas de Freguesia de Santa Maria Maior, da Misericórdia e São Vicente. -----

----- Os contratos que foram solicitados, todos do domínio público, foram celebrados com as empresas Sportix – Consultadoria e Gestão Lda.; Versus – Projetos, Informática e Formação Lda.; Doutor Jorge Manuel Alves Oliveira. Todos do domínio público, celebrados com as disposições legais aplicáveis e pontualmente cumpridos pelas entidades adjudicatárias. -----

----- Tal como previsto na Lei, todos os contratos de aquisição de bens e serviços celebrados pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior eram do domínio público, podendo ser consultados por qualquer cidadão, designadamente pelos eleitos da CDU em Santa Maria Maior que faziam ali um requerimento ou por qualquer eleito, no portal base criado pelo Governo para tal efeito. -----

----- Não houve um mandado de busca à Junta de Freguesia, houve um auto de apreensão para contratos determinados que foram prontamente entregues. Aguardava-se com toda a serenidade e tranquilidade os desenvolvimentos que se seguiriam. -----

----- Podia apenas referir que isso respeitava a uma denúncia anónima feita porventura entre 2016 e 2018 contra esse cidadão que colaborava com a Junta e muito bem, o Doutor Jorge Oliveira. -----

----- Era essa informação que queria dar à Assembleia de Freguesia, para que não houvesse especulações sem informação própria da Junta. -----

----- Sabia existir um requerimento nesse sentido, que certamente depois responderiam por escrito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o ponto 6 da ordem de trabalhos era aprovar a proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia. Estiveram reunidos com representantes de todas as forças políticas e chegaram a consenso numa proposta mas foi solicitada uma identificação para conseguirem valorizar a possibilidade de gravar as reuniões e transmiti-las ou não em direto. -----

----- Solicitou-se orçamentos a mais que uma entidade e ainda não havia, pelo que não devia ser forçada a votação desse ponto e pediria o seu adiamento para reunião futura. Parecia uma matéria de fácil compreensão. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que era uma proposta do BE para fazer parte do Regimento e o Presidente estava a pôr em causa a votação do Regimento no geral enquanto não tivesse esse orçamento para gravar. Perguntou se era isso que estava a informar. -----

----- O Regimento já não tinha ido à última Assembleia por uma questão técnica, agora era por causa dos orçamentos. Queria perceber se estava dependente a votação do Regimento devido à proposta do BE para ser online. Era um pouco estranho. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que na vida havia dois ou três momentos em que tinham de ser absolutamente corretos e transparentes, havia o momento da legalidade mas associado havia também o momento moral e ético. Na refeição que tiveram foi uma das questões determinantes do BE para poderem votar na totalidade o Regimento. Por esse motivo e a responsabilidade era sua, assumia sem qualquer dificuldade, entendia que não deviam estar a aprovar condicionado uma parte do Regimento da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior. -----

----- Uma vez que do Regimento havia quatro propostas de melhoramento e que em nada era colocado em causa sobre organização dos tempos de intervenção, ou a gestão de como decorria a reunião, entendia que não deveriam proceder à votação de um documento sem a plenitude dos seus dados. Não fazia sentido uma votação condicionada à apresentação de um orçamento futuro.-----

----- Era esse o seu entendimento, moralmente parecia-lhe o mais indicado a fazer. O BE não tinha a sua visão mas não era por ter uma visão diferente do Membro do BE que ia forçar uma decisão.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que até aceitava mas era um pouco estranho porque no último mandato o BE teve a mesma proposta e o Regimento foi aprovado sem a proposta do BE.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que perante as moções apresentadas tinha feito uma junção por temas e não como habitualmente por forças políticas. O primeiro agrupamento de moções tinha a ver com o tema Ucrânia, depois havia um segundo bloco que incorporava as moções relacionadas com o 25 de Abril e o 1º de Maio. Havia ainda uma moção relacionada com o Dia Mundial das Mulheres e outra moção mais generalista, relacionada com o aumento do custo de vida.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** solicitou que as moções de PS e CDS fossem votadas ponto por ponto.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que não tinha enviado a tempo do início da Assembleia dois votos de louvor, sendo que um deles era um texto muito bonito de um companheiro que gostaria de ler a seu tempo e quando achassem pertinente, não tinha que ser agora.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que não tinha nenhum problema em tentar enquadrar aquilo que se pretendia, mas na apresentação dos documentos e face àquilo que era o Regimento em funcionamento, eles deviam ser entregues antes para serem distribuídos por todos.-----

----- Para que os elementos da Membro Sandra Gadanho pudessem ser aceites, formalmente teria que perguntar mais tarde à Assembleia se permitia que fossem discutidos de forma excepcional.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que não pretendia entregar documentos, era só uma leitura.-----

----- **Moção** -----

“----- *De solidariedade com a Ucrânia e o povo ucraniano* -----

----- *A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior condena a invasão cruel e violadora da Carta das Nações Unidas e do direito internacional, que a Federação da Rússia moveu contra a Ucrânia, desrespeitando por completo os Direitos Humanos e a Independência do Estado Ucraniano.* -----

----- *Esta ilegítima invasão e agressão russa ao território e povo ucraniano não encontra amparo possível à luz do direito dos povos, constituindo uma bárbara ofensa não só face à integridade da Ucrânia enquanto nação e Estado soberano e democrático, mas também contra a comunidade internacional e contra a paz e segurança de todo o continente europeu do mundo, em pleno século XXI.* -----

----- *O singular exemplo de resistência do povo ucraniano, assim como dos seus dirigentes políticos e das suas Forças Armadas merecem o mais elevado respeito e solidariedade, por agirem sob os princípios do direito de resistência e de defesa do seu próprio país e das instituições democráticas que os regem, contra a agressão externa.*

----- *Todas as vítimas mortais e feridos civis e militares, assim como os milhões de cidadãos ucranianos deslocados e refugiados, provocam-nos profunda tristeza e*

exaltam a mais firme repulsa aos atos militares criminosos praticados pelas forças militares da Federação Russa desde o dia 24 de fevereiro até hoje. -----

----- Saudamos vivamente a atitude de todos na mobilização e apoio de todos os fregueses, comerciantes, instituições e cooperando dinamicamente com as associações e comunidades ucranianas, assim como com outras múltiplas associações, coletividades e ações cívicas da população no lançamento e construção de iniciativas e programas de apoio humanitário, assim como na disponibilização de recursos e meios essenciais para a integração plena de refugiados vindos da Ucrânia, a nível social, habitacional, educativo ou na identificação de oportunidades de emprego, adequado às respetivas qualificações e experiência. -----

----- O Grupo do Partido Socialista propõe à Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 21 de abril de 2022, que delibere: -----

----- 1) Apelar à Paz e à retirada imediata das forças militares da Federação Russa de todo o território sem exceção; -----

----- 2) Considerar, desde já, a cidade de Lisboa como local de acolhimento e integração de refugiados e vítimas da guerra da Ucrânia, a bem da solidariedade internacional, do socorro e auxílio que esta causa humanitária nos exige e em nome da dignidade e dos Direitos Humanos; -----

----- 3) Enviar esta Moção à Embaixada da Ucrânia, à Embaixada da Federação Russa, ao Senhor Presidente da República Portuguesa, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Lisboa, 20 de abril de 2022-----

----- Pl' o Grupo do Partido Socialista - Carlos Dias Torres-----”

*----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “De solidariedade com a Ucrânia e o povo ucraniano”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE), 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (PEV)-----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “De solidariedade com a Ucrânia e o povo ucraniano”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----*

*----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “De solidariedade com a Ucrânia e o povo ucraniano”**, apresentada pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----*

Moção

“----- Lisboa Solidária com Ucrânia -----

----- A Ucrânia é um Estado livre, soberano e independente. Os acontecimentos que ocorreram naquele país, com a escalada de agressão e violência nas últimas semanas, concretamente através da invasão militar conduzida pela Rússia a um povo soberano, devem não só merecer a apreensão de todos, como uma profunda e inequívoca condenação. -----

----- A guerra provocada no leste europeu, com a ação militar organizada desencadeada pela Federação Russa sobre o território ucraniano tem, como já é possível apurar, um óbvio e lamentável impacto direto no dia-a-dia de milhões de ucranianos, bem como um prejuízo imediato de milhares de vidas. -----

----- A invasão em curso por parte da Rússia é um ato ilegal, ilegítimo e imoral, violando os princípios do Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas. A

soberania e a integridade territorial dos Estados devem ser invioláveis, merecendo preservação e proteção, nos termos do direito internacional. -----

----- Estão sob ameaça não só a segurança e a vida de todos os ucranianos, como também a soberania e integridade territorial da Ucrânia e a vontade do seu povo, expressa em eleições democráticas. -----

----- A comunidade internacional, designadamente através da ONU, da União Europeia e da OTAN (NATO), deve ser clara, firme e determinada no seu apoio ao povo ucraniano, empregando os mecanismos necessários e adequados para dissuadir a Rússia de continuar e perpetuar a invasão armada do território ucraniano.-----

----- Assim, no respeito da autodeterminação dos povos, da proteção da soberania da Ucrânia, e pela magnitude do reprovável ato em causa, deve esta Assembleia manifestar igualmente a sua solidariedade com o povo ucraniano, reconhecendo a necessidade da retirada imediata das tropas russas de território ucraniano, o aprofundamento de negociações bilaterais, o fim das ameaças e o respeito pleno de todo o território ucraniano. -----

----- A Paz não se afirma incentivando e praticando a guerra, e seremos claros a defendê-lo e afirmá-lo. -----

----- Por outro lado, entendemos que é dever de uma cidade como a de Lisboa, histórica e marcadamente acolhedora, global e plural, providenciar a ajuda humanitária necessária e urgente ao povo ucraniano, neste momento sombrio de grande aflição, reforçando a disponibilidade de Portugal e concretamente da sua capital, para receber refugiados ucranianos. Dá-se ainda o caso de no nosso país, e na nossa cidade, exist@r uma importante comunidade de cidadãos ucranianos. -----

----- A Paz, a solidariedade e a fraternidade entre povos e nações são valores fundacionais das sociedades modernas, das democracias, e não podem ser hipotecadas por uma guerra em que já se lamenta perdas humanas civis e militares avultadas. Lisboa deve ser exemplo neste processo, liderando um esforço que terá de ser assinalável e coletivo. -----

----- Assim, propõem os eleitos do CDS-PP que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 21 de Abril de 2022, delibere: -----

----- 1. Manifestar a sua solidariedade para com o povo ucraniano, reafirmando a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas; -----

----- 2. Condenar energicamente a invasão violenta da Ucrânia perpetrada pela Federação Russa e a inevitável perda de vidas humanas provocada; -----

----- 3. Saudar as iniciativas rapidamente empreendidas pela Câmara Municipal de Lisboa, pela Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e por outras Juntas de Freguesia da cidade, de apoio à comunidade ucraniana residente e refugiada; -----

----- 4. Saudar, igualmente, as manifestações públicas pacíficas e de solidariedade efetiva que se multiplicaram por toda a cidade de Lisboa e o empenho que as mais variadas entidades da sociedade civil têm vindo a desenvolver com grande eficiência desde o primeiro minuto; -----

----- 5. Remeter o presente voto à Câmara Municipal de Lisboa, à Embaixada da Ucrânia, à Embaixada da Rússia e a todas as organizações cujo objeto social se relacione com a comunidade ucraniana na cidade. -----

----- Lisboa, 21 de Abril de 2022 -----

----- O eleito do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **ponto 1 da Moção “Lisboa Solidária com Ucrânia”**,



apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE), 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (PEV) --
----- Submeteu à votação o **ponto 2 da Moção “Lisboa Solidária com Ucrânia”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE), 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (PEV) --
----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Moção “Lisboa Solidária com Ucrânia”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.
----- Submeteu à votação o **ponto 4 da Moção “Lisboa Solidária com Ucrânia”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE), 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (PEV) --
----- Submeteu à votação o **ponto 5 da Moção “Lisboa Solidária com Ucrânia”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE), 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (PEV) --

----- Moção -----

“-----Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra -----
----- É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições para um cessar fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções como pretexto para agravar as condições de vida dos trabalhadores e dos povos. -----
----- Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associados à guerra seja ela qual for. A morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e forte razão porque devem ser evitadas. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem a paz. -----
----- As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os alegados “crimes de guerra” não só são inquietantes como exigem cabal apuramento. -----
----- Considerando que todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países. -----
----- Considerando comprovados exemplos em que determenidas situações apresentadas como verdadeiras se vieram posteriormente a confirmar falsas e baseadasem operações de manipulação – de que é testemunho a invocada existência pelos EUA da existência de armas de destruição massiva que conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrificios e perdas humanas – inseridas numa linha de provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência e para forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas.
----- Considerando os graves perigos da escalada de guerra para a região e o mundo e a urgência de soluções que garantam a paz.-----
----- Assim, a eleita do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 21 de abril de 2022, delibere: -----
----- 1 - Condenar todo um caminho de ingerência, violência e confrontação, o golpe de Estado de 2014 promovido pelos EUA na Ucrânia, que instaurou um poder xenófobo e belicista, a recente intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da NATO e da União Europeia; -----
----- 2 - Apelar a iniciativas que contribuam para o cessar-fogo e um processo de diálogo com vista a uma solução negociada para o conflito, à resposta aos problemas de segurança colectiva e do desarmamento na Europa, ao cumprimento dos princípios

da Carta da ONU e da Ata Final da Conferência de Helsínquia, no interesse da paz e cooperação entre os povos; -----

----- 3 - Reclamar o indispensável, cabal e rigoroso apuramento das situações relatadas, assegurado por parte de entidades efectivamente independentes, determinadas pela real avaliação dos factos e não por pré-determinados julgamentos que contribuam não para apurar a verdade, mas sim para alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra e os objectivos de quem nela vê uma peça para garantir a sua hegemonia mundial; -----

----- 4 - Condenar todos os actos criminosos, incluindo em cenário de guerra, tenham ocorrido ou ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque, do Afeganistão, da Líbia ou de outros países.-----

----- 5 – Remeter a presente moção: ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, aos grupos parlamentares da Assembleia da República -----

----- Lisboa, 21 de abril de 2022-----

----- Lurdes Pinheiro -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção “Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os crimes de guerra”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 10 votos contra (PS, CDS-PP, PSD), 2 votos a favor (PCP e BE) e 1 abstenção (PEV)-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que queria ler um breve texto sobre um louvor que gostaria de fazer. Era sobre o 25 de Abril.-----

----- Existia uma performance que foi iniciada no 25 de Abril por uma florista, que foi a primeira pessoa a colocar um cravo numa espingarda de um militar. Era um texto em colaboração com o companheiro Henrique de Sousa: -----

----- “Recordo com apreço uma aula em que um professor de Português nos pediu que elaborássemos uma curta definição de herói, uma incumbência que à primeira vista seria simples e celeremente levou ao desafio da semana. Pela primeira vez desejei transportar-me para a aula de matemática, pasme-se o grau de desafio... -----

----- O alar dos soldados nas províncias ultramarinas, por suas mães e eventualmente consortes para aqueles que já haviam celebrado... o fim à repressão, todo esse sem fim de restrições à liberdade estava no início do seu fim. Antagónico a este período de quatro décadas foi aquele dia de abril em que Celeste Caeiro julgou que seria apenas o rotineiro expediente que a aguardava, sem imaginar o fado que estaria prestes a cumprir. Nada faria prever o que estaria prestes a abalar a cidade. -----

----- Ao chegar ao restaurante onde trabalhava e celebrava o seu primeiro aniversário, os empregados foram informados que decorria um golpe e os cravos comprados para oferecer aos clientes por ocasião da data comemorativa do aniversário do restaurante foram distribuídos pelos trabalhadores. -----

----- Na Rua do Carmo, cruzando o epicentro da revolução, um soldado com quem conversava pediu-lhe um cigarro mas Celeste ofereceu-lhe o que tinha, um dos cravos, que o soldado pôs no cano da espingarda, gesto que se foi repetindo também pelas floristas próximas. -----

----- Assim, esta bela flor tornou-se o epíteto da revolução, imortalizada como a revolução dos cravos. -----

----- Esta é a história de uma senhora, cujo simples gesto humilde de simpatia, isento de qualquer ambição de protagonismo, se tornou uma referência nacional, uma performance. Não se classifica como um ato homérico, mas é a prova que não é somente dos doutíssimos que nasce a obra e que um gesto de amor faz a diferença. Algo a refletir no momento que vivemos.-----

----- Talvez fosse um ato de sobrevivência para calar a arma... nasceu o ícon da liberdade, que foi assim construída por todos, para todos e não haveria mais um belo dia da democracia como este.-----

----- Obrigada Celeste Caeiro."-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que queria perceber o que aconteceu porque não tinha entendido nada do que a eleita do PSD esteve a fazer. Ouvia-se mal, entendia-se mal e não tinha percebido. Pedia desculpa mas tinha ideia que não tinha sido só no seu caso a não entender.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha toda a razão, nem sequer conseguira ouvir a sua própria voz e talvez se tivesse exprimido mal. Estava a ler um texto que não era seu.-----

----- A Celeste Caeiro era uma senhora que trabalhava num restaurante no dia 25 de Abril e esse restaurante fazia o aniversário de um ano. Quando houve o golpe militar começaram-se a espelhar os boatos e na Rua do Carmo começaram a chegar as pessoas e os cravos que foram usados para distribuir pelos clientes no aniversário do restaurante, o primeiro cravo colocado na espingarda de um militar foi colocado por essa senhora Celeste Caeiro. O soldado pediu-lhe um cigarro, ela não tinha e colocou-lhe o cravo na espingarda.-----

----- Assim se gerou uma situação performativa que foi repetida ao longo do dia por outros militares. Esse gesto foi repetido e ainda atualmente era um ícon, a espingarda com o cravo.-----

----- Era interessante assinalar o gesto, uma vez que estavam a falar de louvores ao 25 de Abril.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que por acaso a Celeste era militante do PCP.-----

----- Pediu que a moção do CDS fosse votada ponto por ponto.-----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----25 de Abril - Dia da Liberdade-----

----- O nosso País celebra, a cada 25 de Abril, mais um aniversário da Revolução dos Cravos que um grupo de militares levou a cabo em 1974, com elevada mestria estratégica e sem derrame de sangue nas ruas, derrubando um regime totalitário e ditatorial que governou Portugal durante 48 anos.-----

----- Foi a Revolução de 25 de Abril que permitiu o fim da guerra colonial que ceifava a vida a jovens inocentes e que reabriu as portas à Liberdade, à Democracia e aos Direitos Humanos que hoje nos são tão naturais como o ar que respiramos.-----

----- 48 anos passados, todos e cada um de nós - Portugueses em geral e Lisboetas em particular - continuamos a usufruir e a disfrutar de um Estado de Direito, de uma normal convivência democrática, de um vigoroso sistema eleitoral pluripartidário e de um consolidado Poder Local. Habitamos saudavelmente numa sociedade cada vez mais moderna e desenvolvida que continua a assentar constitucionalmente nos pilares da Liberdade, da Igualdade, da Justiça e da Solidariedade.-----

----- O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 21 de abril de 2022, delibere:-----

----- 1. Saudar os "Capitães de Abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;-----

----- 2. Render homenagem à memória de todos os cidadãos Portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do Direito, durante as décadas da "noite e do silêncio" do regime fascista;-----

----- 3. Reafirmar o valor inestimável da nova geração dos Direitos Humanos que o 25 de Abril nos trouxe e pugnar pelo seu respeito junto das novas gerações; 4. Saudar

todos os que responderam ao apelo para participar, em Lisboa e no país, nos eventos e festividades comemorativas deste "Dia da Liberdade". -----

----- Lisboa, 19 de abril de 2022 -----

----- Pl' o Grupo do Partido Socialista - Carlos Dias Torres ----- "

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação "25 de Abril – Dia da Liberdade"**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD, PEV e BE), e 1 abstenção (PCP) -----

----- **Voto de Saudação** -----

----- "-----1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador -----

----- *A 1 de Maio de 1886, manifestaram-se nas ruas de Chicago cerca de quinhentos mil trabalhadores, reclamando o direito à limitação a oito horas por jornada de trabalho. Apesar da forte carga policial então sofrida, quatro dias volvidos, regressaram às ruas desta cidade fazendo ecoar a sua voz em defesa dos direitos dos trabalhadores.* -----

----- *Um ano mais tarde, no congresso da Segunda Internacional Socialista, realizada em Paris, foi proclamado o dia 1 de Maio como o Dia do Trabalhador, em exaltação à coragem e perseverança demonstrada por estes homens.* -----

----- *Em Portugal e um pouco por todo o mundo, a celebração do 10 de Maio, representa o enaltecimento da luta dos trabalhadores por melhores e mais justas condições de trabalho, reafirmando o plural direito ao trabalho, o direito à igualdade, a luta contra o trabalho infantil e a precariedade laboral.* -----

----- *Desde 1974, logo após a Revolução dos Cravos, que se comemora livremente o Primeiro de Maio em Portugal. Nesse ano, cerca de 1 milhão de pessoas saíram à rua, por todo o país, naquela que foi a 1ª manifestação livre em 50 anos.* -----

----- *O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 21 de abril de 2022, delibere saudar todos os trabalhadores portugueses e lembrar as lutas e conquistas dos trabalhadores.* -----

----- Lisboa, 19 de abril de 2022 -----

----- Pl' o Grupo do Partido Socialista - Carlos Dias Torres ----- "

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação "1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador"**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Vaz (CDS-PP)** disse que queria apenas fazer uma breve apresentação de um voto que sabia já ter sido distribuído, mas que para si era uma honra apresentá-lo ali porque o mesmo traduzia o modo singelo de comemorar uma efeméride que restaurou conceitos fundamentais como a democracia e a liberdade e que atualmente, infelizmente, acabavam por ser postos em causa um pouco por todo o mundo. -----

----- Lembrar o 25 de Abril tinha consigo a oportunidade de transmitir algumas das inquietações e era também uma oportunidade para quem não teve o privilégio de o viver de perto, como foi o seu caso embora sendo ainda muito nova, de lembrar tudo o que mudou e tudo o que se conquistou, mas também tudo aquilo que ainda se podia conquistar. -----

----- O CDS esteve presente desde o primeiro momento e sempre estaria presente quando se tratava de saudar valores básicos da humanidade, como a liberdade e a democracia. -----

----- Por isso "Muito obrigada e Viva o 25 de Abril" -----

----- Apresentou o seguinte documento: -----

Saudação

----- Ao 25 de Abril e 1º de Maio de 2022 -----
----- O CDS saúda o 48 aniversário do 25 Abril de 1974. -----
----- O 25 de Abril, da plena Liberdade, bem maior e fundamento de todos os outros. --
----- O 25 de Abril, que restaurou os direitos civis e políticos e que permitiu eleições livres.-----
----- O 25 de Abril, que conduziu ao reconhecimento internacional de Portugal e à adesão à Comunidade Económica Europeia. -----
----- O 25 de Abril, que promoveu o pluralismo político, económico e social. -----
----- Assim, propõe o eleito do CDS que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 21 de Abril de 2022, delibere: -----
----- 1. Saudar os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas.---
----- 2. Prestar homenagem à memória de todos os cidadãos portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do Estado de Direito, durante as décadas de regime totalitário que antecederam o 25 de Abril de 1974.-----
----- 3. Saudar todos aqueles que buscam inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o 25 de Abril nos legou, identificando e combatendo quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo. -----
----- 4. Saudar todos os membros desta Assembleia de Freguesia que, ao celebrar Abril, pugnam na esfera pública, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva. -----
----- 5. Saudar o 12 de Maio, feriado que celebra o Dia Internacional dos Trabalhadores e a sua uma luta diária por uma sociedade mais justa e sustentável. ---
----- 6. Saudar os trabalhadores da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, pelo incansável apoio prestado à População da nossa freguesia particularmente no desafiante período em que decorreu a pandemia e pelo empenho demonstrado na recolha solidária de bens para apoiar o povo ucraniano. -----
----- Lisboa, 21 de Abril de 2022 -----

----- O eleito do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior-----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação os **ponto 1, 2, 4, 5 e 6 da Saudação “Ao 25 de Abril e 1º de Maio de 2022”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **ponto 3 da Saudação “Ao 25 de Abril e 1º de Maio de 2022”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 10 votos a favor (PS, CDS-PP e PSD), 2 votos contra (PCP e PEV) e 1 abstenção (BE) -----

Voto de Saudação

----- Ao 25 de Abril -----
----- O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão. -----
----- Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou com a ditadura fascista do Estado Novo, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram os presos políticos e se terminou a guerra colonial. A Revolução restituiu aos portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

----- Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.-----

----- O 25 de abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.-----

----- As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.-----

----- Quando o neoliberalismo e a extrema direita lançam a sua sombra de regressão política, social e civilizacional, num ataque frontal às conquistas de Abril, manter viva esta celebração é continuar a defender a Constituição da República de abril. E fazemo-lo em solidariedade e intercâmbio com os povos da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie e a combatem.-----

----- No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de abril de uma forma mais próxima da "normalidade" pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e solidariedade. Porque manter viva a lembrança desse marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todos e para todas.-----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 21 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:-----

----- 1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário que decorrerão entre 2022 e 2025, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação do Estado Social.-----

----- A eleita da freguesia do Bloco de Esquerda, Catarina Medeiros-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao 25 de Abril”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Voto de Saudação**-----

----- **“Ao 1º de Maio**-----

----- No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história "Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso", mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.-----

----- Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00

(16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----

----- Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par com desafios trazidos por mais de 2 anos de pandemia ao nível da saúde, essa mesma pandemia teve consequências para a economia e para os trabalhadores e trabalhadoras. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular nos preços dos combustíveis e energia, que tem tido um impacto brutal nos preços de bens essenciais. -----

----- Por isso, assinalar o 1º de maio é também momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas acima de tudo a valorização dos salários, tanto da função pública como do setor privado, em que a inflação irá, rapidamente, suprir os aumentos previstos. -----

----- Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e de todos. Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistado e defender o direito a um emprego estável e a um salário condigno. -----

----- Na nossa freguesia preocupa-nos a reversão de medidas importantes de combate à precariedade na Junta de Freguesia e integração de trabalhadores e trabalhadoras nos quadros, como disso é exemplo o recente demantelamento da equipa de comunicação e externalização destes serviços para uma empresa privada. -----

----- Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 21 de abril de 2022, ao abrigo do artigo 9.º, n.º2, alínea j) do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera: -----

----- 1. Saudar o 1º de Maio e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público. ---

----- 2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha de lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência. -----

----- A eleita da freguesia do Bloco de Esquerda, Catarina Medeiros-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao 1º de Maio ”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Saudação -----

“-----25 de Abril - Abril é mais Futuro e 1º Maio e a luta dos Trabalhadores-----

----- Considerando que: -----

----- 1 - As comemorações populares do 48.º aniversário da Revolução de Abril, constituem um importante momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia, contra a ditadura fascista e, simultaneamente, de exigência de uma política e de um rumo que responda aos problemas do País e às aspirações dos trabalhadores, dos jovens e do povo português.

----- 2 - O 25 de Abril foi uma revolução libertadora, com profundas transformações na vida nacional traduzidas em inapagáveis avanços e conquistas que hoje perduram como valores e referências para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano. Uma revolução que enfrenta um longo percurso contra-revolucionário e a permanente tentativa de falsificação do que representou. -----

----- 3 - *A Revolução de Abril foi uma ruptura com o regime fascista, determinada pela acção dos militares do MFA a que se seguiu a acção das massas populares que eliminou a estrutura sócio-económica em que assentava a ditadura fascista.* -----

----- 4 - *Quando se salienta que passam já mais anos desde o 25 de Abril de 1974, do que o tempo que durou o regime fascista, assinala-se hoje uma realidade que se contrapõe aos tempos negros do fascismo. Mas importa sublinhar que se a realidade de Portugal hoje, continua a ter a marca da Revolução de Abril, de muitas das suas conquistas, que o grande capital ainda não conseguiu destruir, tem também a marca do processo contra-revolucionário e dos graves problemas que gerou.* -----

----- 5 - *A situação que vivemos interpela os trabalhadores e povo português. Convoca para as comemorações de Abril, mobiliza para que se apliquem na vida os direitos inscritos na Constituição da República Portuguesa, exige que se cumpra o seu projecto e coloca a necessidade dos valores de Abril como elemento central do futuro que Portugal precisa.* -----

----- 6 - *Numa situação em que estão presentes elementos de intensificação de exploração, de empobrecimento, de ataque a direitos e a serviços públicos, de desigualdades, injustiças e discriminações, de branqueamento do fascismo, de promoção de concepções retrógradas e reaccionárias, de condicionamento das liberdades e ameaças à paz, a CDU apela aos democratas e patriotas, aos trabalhadores, aos jovens e ao povo para que façam das comemorações uma afirmação dos valores de Abril e de exigência de um Portugal desenvolvido e soberano, num mundo de paz, cooperação e amizade entre os povos.* -----

----- *Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 21 de Abril de 2022 delibere:* -----

----- *saudar o 48.º aniversário da Revolução de Abril, momento de afirmação da luta dos trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia;* -----

----- *apelar para que todos os que se identificam com as conquistas, direitos e valores do 25 de Abril que a Constituição da República aprovada em 1976 consagrou, se associem e participem nas comemorações populares que terão lugar, nomeadamente no Desfile Popular em Lisboa, no dia 25 de Abril, às 15h;* -----

----- *saudar a comemoração do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e apelar à participação de todos na jornada de luta do 1º de Maio como valorização do trabalho e dos trabalhadores e respostas aos problemas do povo e do País.* -----

----- *Uma vez aprovada, a presente Saudação deverá ser remetida para:* -----

----- *Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Grupos Parlamentares; Primeiro-Ministro; Associação Conquistas da Revolução; Associação 25 de Abril; CGTP-IN; UGT* -----

----- *Lisboa, 21 de Abril de 2022* -----

----- *Os Eleitos da CDU - Lurdes Pinheiro Hugo Duarte*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a Saudação “**25 de Abril - Abril é mais Futuro e 1º Maio e a luta dos Trabalhadores**”, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.** -----

----- **Voto de Saudação** -----

----- *“ Dia Internacional das Mulheres* -----

----- *Há 45 anos, a Organização das Nações Unidas oficializou o Dia Internacional da Mulher, como símbolo das lutas das mulheres operárias em várias partes do mundo desde o final do século XIX. O dia 8 de março tornou-se um marco na história da emancipação das mulheres, mas é também um dia para ganhar balanço para a luta pelos direitos que ainda nos são negados.* -----

----- *O que começou por reivindicações por direitos de cidadania e do direito ao voto das mulheres firmou-se como o início de muitas lutas que determinaram conquistas marcantes no campo da igualdade de tratamento e de oportunidades.*-----

----- *Em Portugal, as mulheres têm, hoje, não só direito ao voto sem restrições, como direito ao aborto seguro. São maioritárias no ensino superior, integram em força o mercado de trabalho e conquistaram a representação política.*-----

----- *Quatro décadas de democracia permitiram avanços notáveis na luta pela igualdade entre homens e mulheres, mas persistem desigualdades estruturais em várias esferas da vida que imprimem uma linha divisória entre elas e eles e espelham uma teia de relações de dominação cujo fio condutor é o sistema patriarcal dominante.*-----

----- *Aqui e em todo o mundo, a opressão secular do sistema patriarcal teima em querer subalternizar as mulheres por serem mulheres. Permanecem os estereótipos de género que condicionam escolhas educativas e profissionais, a segregação nos cargos de chefia e liderança e a desigualdade salarial que se agrava na reforma.*-----

----- *Perdura a desigual repartição no exercício das responsabilidades domésticas e com os filhos, assim como a feminização da precariedade, da pobreza e da exclusão social. Mantém-se a naturalização do assédio e da violência doméstica e continuam a morrer mulheres em relações de intimidade. São as mulheres as principais vítimas de tráfico, exploração sexual e violação e a justiça machista insiste em desvalorizar a violência, desculpar agressores e responsabilizar as vítimas. Sabemos que estas violências são mais profundas quando se cruzam múltiplas discriminações e por isso esta deve ser uma luta interseccional e internacional.*-----

----- *O ano que marca o vigésimo sétimo aniversário da Plataforma de Ação de Pequim, instrumento internacional de referência para a eliminação dos obstáculos à plena igualdade entre homens e mulheres, confirma o crescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita em todo o mundo. Portugal não é exceção e no parlamento e fora dele, assiste-se ao recrudescimento do conservadorismo e reacionarismo, dos comportamentos racistas, machistas e misóginos que trazem consigo a ameaça do retrocesso de direitos, da igualdade, da solidariedade.*-----

----- *Por todas as mulheres e com todas as mulheres, o objetivo da Igualdade exige o combate à cultura machista instalada e a coragem de alterar as estruturas do poder estabelecido, os papéis estereotipados e a opressão sobre as mulheres.*-----

----- *A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 21 de abril, de 2022, saúda o Dia Internacional das Mulheres, celebra as conquistas alcançadas e reafirma as lutas que ainda falta travar.*-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Dia Internacional das Mulheres”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP, PSD e BE), e 2 abstenções (PCP e PEV)-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento: ---

----- **Moção** -----

“-----*Travar o aumento do custo de vida. Basta de empobrecimento!*-----

----- *Para a grande maioria do povo português, o custo de vida está consideravelmente maior, mais difícil e injusto: a cada dia que passa, os salários e as pensões de reforma ficam mais curtos para as despesas cada vez maiores. Esta é a realidade com que se confronta quem vai às compras para levar comida para casa, quem paga as contas da luz, água, gás, renda e prestações, telecomunicações, combustíveis, seguros, portagens, medicamentos e todo o conjunto de despesas.*-----

----- *Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (12/4) apontam aumentos de preços (“variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor de*

5,3%") como o valor mais elevado desde Junho de 1994, quase três décadas atrás! A redução de impostos pode ter algum efeito positivo, mas essas medidas têm de ser acompanhadas por medidas de controlo e fixação de preços. -----

----- As medidas anunciadas pelo Governo não respondem ao necessário e urgente combate à especulação e à subida dos preços e ao inadiável aumento dos salários e das pensões de reforma e ignoram que os problemas a que dizem querer responder são inseparáveis da instigação das sanções que a pretexto da guerra estão a ser impostas, beneficiando os que com elas lucram, em prejuízo do interesse dos trabalhadores e do povo. Com estas medidas, o Governo não enfrenta os problemas que estão na raiz desta situação. -----

----- Invocar o combate à espiral inflacionista para não aumentar salários e pensões é deixar campo aberto à exploração e ao empobrecimento. A recusa de qualquer medida de aumento dos salários e das pensões, significará o regresso dos cortes com a perda real de poder de compra. -----

----- Paralelamente, importa acompanhar, ao nível local, as dificuldades sentidas pela população, pelos pequenos comerciantes e pelas associações da freguesia, bem como dar uma resposta integrada, adaptando os serviços de apoio já existentes às novas necessidades que a realidade impõe. -----

----- É necessária, cada vez mais, a adopção de políticas que fomentem o comércio local, de forma eficaz, que privilegiem os pequenos circuitos e que alie um modo de vida mais sustentável com o combate à especulação de preços e à pobreza. -----

----- Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 21 de Abril de 2022, delibere: -----

----- 1. Apoiar a população, com os meios ao seu alcance, na luta contra o aumento do custo de vida; -----

----- 2. Exigir do Governo a defesa e protecção das famílias face ao aumento geral dos preços e não a complacência com a especulação; -----

----- 3. Exigir ainda que o Governo proteja o poder de compra dos trabalhadores, dos reformados e a actividade das micro pequenas e médias empresas. -----

----- 4. Enviar a presente moção para: Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares na Assembleia da República. -----

----- Lisboa 21 de Abril de 2022 -----

----- Os Eleitos da CDU - Lurdes Pinheiro Hugo Duarte-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção “Travar o aumento do custo de vida. Basta de empobrecimento!”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 10 votos contra (PS, CDS-PP e PSD) e 3 votos a favor (PCP, PEV e BE) -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se o Executivo tivesse condições de responder às questões colocadas poderia fazê-lo de imediato. Se não tivesse os dados suficientes para transmitir a resposta com clareza, ela seria depois enviada para o domicílio, para a morada que identificassem. -----

----- **Freguesa Anabela Moisés** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Anabela Moisés, nascida e criada aqui em Alfama. -----

----- Eu vinha perguntar porque é que as ruas de Alfama cada vez têm mais lixo. -----

----- Muito obrigado” -----

----- **Freguês José Alves** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado. Devo dizer que na qualidade de antigo autarca é um prazer voltar a estas sessões de Assembleia de Freguesia, se bem que noutra Freguesia.-----

----- O meu nome é José Pacheco Alves, sou advogado de um comerciante na zona, o chamado restaurante Boa-Bao no Largo Rafael Bordalo Pinheiro número 30. -----
----- Este restaurante tem um problema antigo relacionado com a esplanada, em que tem a circunstância de ter uma esplanada do estabelecimento comercial vizinho à frente da sua fachada. A esplanada do Café Royale está cerca de dois metros à frente da sua fachada. -----
----- Isto à partida pode parecer uma coisa de somenos importância mas a verdade é que sistematicamente entram clientes que se sentam naquela esplanada esperando ser atendidos no restaurante do meu cliente e não no outro. -----
----- Parece-nos até uma incongruência grande do ponto de vista legal, porque de facto o que a Lei diz é que os restaurantes, os estabelecimentos comerciais, têm direito a ter a sua esplanada em frente à fachada e não é o caso. -----
----- O meu constituinte não pode ter esse direito porque lhe foi imposta uma esplanada do estabelecimento comercial vizinho à sua frente. -----
----- Este episódio já foi relatado ao Executivo da Junta, foram pedidas várias vezes reuniões presenciais, às quais de uma maneira muito expedita foi dada resposta, mas a resposta inequivocamente é “não podemos fazer nada, existe o plano de pormenor da Câmara e portanto não podemos fazer nada”. -----
----- Tivemos oportunidade de discutir este assunto com a Câmara Municipal, com o autor do projeto e esse autor do projeto teve uma série de conversas com a pessoa responsável da Junta de Freguesia no sentido de dizer que sendo o titular dos direitos de autor desse projeto estava na disposição de o alterar, porque reconheceu que havia esta injustiça naquele largo e naquela esplanada. -----
----- Tentámos por diversas vezes pedir audiências com a Engenheira Célia Mota, com o Executivo da Junta, aos quais não tivemos resposta, o que é uma coisa deveras inaceitável. A Junta de Freguesia deve tratar dos assuntos dos fregueses, parece-me, sobretudo um freguês que contribui muito em termos de emprego, em termos de IVA desta zona, para a Freguesia, para o Município. -----
----- Portanto, pensamos nós que deveria ter outro tipo de relação, sendo que, não querendo ser diferenciado, devia ser um tratamento aceitável. -----
----- O assunto que nos traz aqui é esse e só esse. Só queremos justiça, só queremos que se aplique que a Lei. Isto é, que a esplanada do café vizinho saia da frente do estabelecimento comercial do meu constituinte e que já agora, tendo atenção às medidas das várias esplanadas, verifica-se que o estabelecimento do meu constituinte, que tem a fachada mais larga, tem a circunstância de ter a esplanada mais pequena. O que me parece também que em termos de equidade é uma coisa que não devia existir, devia ser proporcional, o que não é. -----
----- Esta particularidade do tamanho da esplanada já foi analisada pelo arquiteto autor do projeto, que disse que há espaço para prolongar a esplanada para sul e portanto o assunto pode ficar devidamente tratado sem prejudicar o trânsito, sem prejudicar os peões, de uma forma perfeitamente aceitável. -----
----- Contudo, a resposta da Junta tem sido um não rotundo, nem sequer a disponibilidade para reunir e pensamos que não tivemos outra maneira de abordar o problema que não trazê-lo aqui para que os senhores deputados tomem esse conhecimento e de alguma maneira tentar ajudar a solucionar este mesmo problema. -
----- Solicitamos ao Senhor Presidente que faça o favor de conduzir o assunto da melhor forma. Estamos na disponibilidade total de reunir convosco e tratar desse assunto. -----
----- Muito obrigado.” -----



----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não sabia dar a resposta à última questão. Tudo o que era licenciamento de ocupação de espaço público para esplanadas era dirigido pela Engenheira Célia Mota, a quem tinha feito uma delegação de competências para gerir esse processo. -----

----- A única coisa que podia dizer em relação ao restaurante Boa-Bao era que já tinha ido lá almoçar uma vez e gostado muito. Não podia dizer mais do que isso, mas iria procurar informar-se. -----

----- O que podia também dizer era que a Engenheira Célia Mota era um quadro da Junta de Freguesia com muitos anos de experiência. Antes de haver Junta de Freguesia de Santa Maria Maior ela já tinha vinte anos a trabalhar para a Câmara Municipal de Lisboa, era um pessoa muito competente e tinha total confiança nela. Iria pedir-lhe que recebesse o freguês. Não sabia se tinha solução ou não a questão colocada. -----

----- Os arquitetos que faziam projetos não eram os donos do projeto, eram os autores do projeto. Queria dizer que eles podiam-se opor à alteração do desenho original mas não tinham eles próprios competência para alterar o projeto que foi licenciado pela CML em termos urbanísticos. Deixava só essa informação. -----

----- Quanto ao problema em concreto, agradecia a questão e solicitaria à Engenheira Célia Mota que lhe desse informação. Não podia dizer mais nada sobre isso. -----

----- A questão da freguesia Anabela Moisés era muito pertinente. De facto havia um problema muito grande de higiene urbana por toda a Freguesia, uma questão sempre difícil de gerir e por vezes era preocupante, até porque se aproximavam os Santos Populares. -----

----- A legislação que criou as Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa atribuía às Juntas de Freguesia competências que até aí eram da Câmara, mas não atribuía todas. As competências da Junta, como estava na Lei, eram lavar e varrer o lixo, a Câmara tinha as competências da recolha do lixo. -----

----- Acontecia que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior desde 2016, por decisão de gestão do território político, para ajudar as pessoas, para também ajudar o comércio, o fenómeno do alojamento local estava a surgir com muita força e os turistas saíam e punham o lixo na rua a toda a hora, criou-se um serviço de recolha durante o dia. Era um serviço à medida das possibilidades financeiras. -----

----- Havia um carro que fazia uma volta de manhã por todos os bairros da Freguesia, terminava à tarde e iam remediando a situação. Não sendo competência da Junta, estavam a ajudar a Câmara. Acontecia que a pressão turística sobre o território aumentou cada vez mais, os restaurantes abriram em todo o lado e também não cumpriam os horários, punham o lixo a toda a hora no espaço público quando só deveriam pôr à noite, designadamente no Largo Bordalo Pinheiro e em todo o lado. A certa altura a Câmara propôs, ainda a anterior gestão municipal, que fizessem um protocolo de delegação de competências em que a Câmara os reforçava financeiramente para poderem adquirir mais material e contratar mais pessoas, para recolher o lixo durante o dia. -----

----- Foi isso que se fez até à mudança do Presidente da Câmara e a atual Câmara ainda não renovou esses protocolos. Tinha todo o direito a não renovar, o compromisso do Senhor Presidente era que seria para continuar mas na verdade já passaram seis meses e já não tinham os mesmos recursos que tinham até aí. -----

----- Foram obrigados a parar alguns carros porque era preciso pagar o gasóleo, era preciso ter motorista, era preciso até dispensar algum pessoal que estava contratado para esse efeito. Estavam à espera que a CML dissesse quando iriam assinar o contrato para terem a garantia financeira e que não faltaria a verba por prestar esse serviço. -----

----- A Junta passou a fazer a volta que fazia antes do acordo com a Câmara. Tinha um carro que circulava a Freguesia, enquanto que depois do acordo com a Câmara havia quatro carros a bater os bairros todos em duas voltas de manhã e três à tarde. Voltaram a ter um carro para fazer a volta toda à Freguesia e naturalmente que a situação no terreno se estava a agravar nesse aspeto. -----

----- O que podia dizer era que tinha uma grande expectativa que finalmente a Câmara se decidisse. Não era um problema só dessa Freguesia, os vinte e quatro Presidentes de Junta de Freguesia da Cidade de Lisboa, de vários partidos, tinham reunido e independentemente da origem partidária estavam todos preocupados e a fazer uma pressão legítima junto da Câmara para dizer se era para continuar ou não. -----

----- Não podia funcionar apenas com “31 de boca”, não tinha capital financeiro para fazer um trabalho que não era da Junta, porque a Junta tinha outras obrigações legais para fazer. Tinham que garantir o lavar, tinham que garantir o varrer, garantir o apoio social, a recuperação do espaço público, tudo aquilo que eram competências próprias da Junta. Aquilo que não era responsabilidade da Junta, tinha muita pena mas não podiam fazer porque não havia recursos. -----

----- Esperava que isso estivesse resolvido até aos Santos Populares, ou seria uma tragédia, sobretudo a noite de Santo António. Costumava ir para ali às quatro ou cinco da manhã, nem dormia nessa noite e em regra festejava a vitória nas marchas populares, era sempre uma marcha da Freguesia que ganhava, depois ficava acordado para acompanhar os trabalhadores na recolha de lixo. -----

----- Já não havia esse pessoal todo porque já não havia condições financeiras para o fazer, porque ainda não estavam resolvidas essas questões com o Senhor Vereador da higiene urbana e também com o Senhor Presidente da Câmara. Tinha muito boa impressão acerca dele mas a verdade era que ainda não estava resolvido e esperava-se que essas coisas fossem completamente clarificadas, que tivessem a segurança jurídica e financeira para poder prestar um trabalho que faziam à Câmara. -----

----- Pedia desculpa por estar assim mas de facto não era responsabilidade da Junta e o melhor local para colocar essa matéria até devia ser na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que sobre a questão dos protocolos de acordo havia dois momentos. Um primeiro momento em que competia ao Município fazer a apresentação de propostas ao conjunto das Freguesias, em primeira instância na pessoa do seu Presidente, que caso considerasse adequadas teria que solicitar à Assembleia de Freguesia a sua aprovação. -----

----- A aprovação tinha importância por dois efeitos, o primeiro dos quais financeiros. Não havia no Orçamento atual nenhum valor de verbas relacionadas com contratos de delegação de competências ou contratos interadministrativos, pelo facto deles não terem sido ainda discutidos e aprovados. Depois disso ocorrer, obrigatoriamente iria constar na convocatória de uma Assembleia de Freguesia. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Senhor José Alves em representação do proprietário da área da restauração, pedia que quando enviassem a resposta fosse dada cópia para conhecimento da Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que ia solicitar à Senhora Engenheira Célia Mota para receber, para uma reunião onde porventura pudesse explicar a posição da Junta em relação à esplanada em concreto, porque no seu caso não sabia qual era. -----

----- A Engenheira Célia Mota tinha autonomia para gerir esse espaço e só lhe perguntava quando via uma anomalia. Tinha delegação de competências sua para gerir e tinha-o feito com grande competência, em matéria de ocupação de espaço público para uso comercial. -----

----- Pediria-lhe para receber, não sabia se o resultado seria satisfatório do ponto de vista dos requerentes mas iria recebê-los.-----

----- **Freguês José Alves:**-----

----- *“A posição da Engenheira Célaia Mota já conhecemos e é muito irredutível, “a Câmara fez assim e não podemos alterar”.*-----

----- *Temos a posição do arquiteto, que diz que podemos alterar, que está nessa disponibilidade.*-----

----- *Nós já conhecemos mas o problema é que a Engenheira Célia Mota nem nos recebe. Agradeço muito a disponibilidade para sermos recebidos na Junta, mas por muito competente que a Engenheira Célia Mota possa ser e acredito que o seja, aliás foi diligente nas respostas, a verdade é que parece que não está a ser sensível ao problema porque diz que tem que haver uma leitura espacial do Largo Rafael Bordalo Pinheiro.*-----

----- *Essa leitura foi sensibilizada junto da Câmara Municipal, foi feito o plano de pormenor e o próprio autor do projeto reconhece que existe ali um problema.*-----

----- *O arquiteto tentou entrar em contacto com a Engenheira Célia Mota por diversas vezes, que não respondeu e não quis saber e portanto há aqui uma intransigência que não se percebe. Eu agradecia reunir com o Senhor Presidente e com a Engenheira Célia Mota.”*-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que os eleitos da CDU tinham um requerimento para entregar. Aliás, entregaram já três requerimentos, um o Senhor Presidente da Junta já deu conhecimento de ter recebido e que iria responder por escrito. Foram entregues na Assembleia de Freguesia e o Senhor Presidente da Junta na sua primeira intervenção informou que já tinha conhecimento que a CDU entregou.-----

----- Um requerimento tinha a ver com uma ação reivindicativa dos trabalhadores da Junta que se realizou na semana anterior e era do seguinte teor:-----

----- **Requerimento** -----

“-----*Trabalhadores/cantoneiros da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior* -----

----- *No seguimento da acção reivindicativa desenvolvida pelos trabalhadores cantoneiros, da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior no passado dia 19,* -----

----- *Vêm os eleitos da CDU requerer informação sobre os problemas colocados, nomeadamente:* -----

----- *Na falta de pessoal operacional na higiene urbana;*-----

----- *A falta de condições de higiene e segurança das instalações do Posto de Limpeza da Rua dos Sapateiros;*-----

----- *A não actualização do SIP para 4,99€ conforme determinou a legislação aprovada em 2021.*-----

----- *As questões relacionadas com a situação do Posto de Limpeza da Rua dos Sapateiros e a aplicabilidade do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP), já foram colocadas em Requerimentos anteriores, aos quais ainda não obtivemos resposta.*-----

-----*Lisboa 21 de Abril 2022*-----

----- *Os Eleitos da CDU - Lurdes Pinheiro Hugo Duarte*-----”

----- Continuando, disse que tinham feito chegar esse requerimento à Mesa e ao Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- Havia um outro requerimento sobre o direito de oposição, com o seguinte teor:-----

----- **Requerimento** -----

“-----*Direito de Oposição* -----

----- *Ao longo do mandato anterior, os eleitos da CDU apresentaram à Junta de Freguesia de Santa Maria Maior vários requerimentos, relativos a matérias*

importantes da freguesia e dos seus moradores. Ao longo desse período, rara foi a situação que mereceu resposta por parte desse órgão. -----

----- O mesmo procedimento parece ter continuidade neste mandato, dado que a Junta de Freguesia continua sem dar resposta aos pedidos de informação que lhe são entregues. Tal atitude demonstra falta de respeito para com os eleitos do órgão fiscalizador, verificando-se assim que a Junta de Freguesia não cumpre o estatuto do direito da oposição. -----

----- Os eleitos da CDU exigem que o direito de oposição na Freguesia de Santa Maria Maior seja cumprido. -----

----- Lisboa 21 de Abril de 2022 -----

----- Os Eleitos da CDU - Lurdes Pinheiro Hugo Duarte ----- ”

----- Continuando, disse que esse requerimento tinha sido entregue ao Senhor Presidente da Assembleia, que certamente o teria feito chegar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Depois queria colocar duas questões que era importante saber a resposta, se não fosse agora numa próxima Assembleia. -----

----- Não sabia se a Junta tinha conhecimento disso, mas constou que a Escola B1 do Castelo ia encerrar. Perguntou se a Junta sabia disso e o que pensava fazer. -----

----- Também tiveram conhecimento que era intenção da Santa Casa da Misericórdia encerrar os postos de saúde na Rua da Saudade e outros, a partir de julho. Tinha sabido através de um idoso do bairro, que ficou logo numa aflição porque era lá que ia buscar a sua medicação. Constou que iriam para longe, ali para os lados de Marvila, para o Bairro do Condado, numa instalação nova que a Santa Casa estaria a acabar de construir. -----

----- Queria saber se a Junta de Freguesia tinha conhecimento disso porque se fosse assim era mais uma machadada aos moradores e aos idosos e às pessoas com mais carências, porque quem se dirigia a esse posto eram mesmo as pessoas com mais carências. Mais carências para a população de Alfama e para uma parte da população da Freguesia de Santa Maria Maior, porque nem toda a população tinha os mesmos problemas. Em especial os dos bairros ficariam mais pobres, porque foram os bancos, encerrava-se tudo e mais alguma coisa e até o posto de saúde da Santa Casa ia encerrar. -----

----- Era para saber se a Junta tinha conhecimento e se pensava tomar alguma medida em relação a esses dois equipamentos dos bairros e da Freguesia. Se não soubesse agora, agradecia que numa próxima respondesse. -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha perguntado porque não sabia se eram os mesmos requerimentos que recebera no e-mail ou se eram outros. Entretanto percebera que eram exatamente os mesmos. -----*

----- De acordo com a Lei os requerimentos eram dirigidos à Assembleia de Freguesia, que os encaminhava ao Executivo da Junta de Freguesia para no espaço legal poder responder, por escrito ou no decorrer da reunião. -----

*----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinha informação nenhuma sobre o posto de saúde da Santa Casa da Misericórdia. Iria solicitar ao Provedor essa informação rapidamente, ou teria que estar de braço dado com a Membro Maria de Lurdes Pinheiro contra o encerramento desse posto. -----*

*----- **O Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que o problema da Escola do Castelo era estrutural, tinha a ver com a orgânica dos recursos humanos e acontecia uma deficiência de recursos humanos na escola que estava identificada pela Junta. Não era uma competência da Junta mas tinham feito grandes esforços junto da Câmara para a melhorar. -----*

----- No dia anterior, quarta-feira, houve a hipótese da escola encerrar e só não encerrou porque enquanto Vogal da Junta com o pelouro da educação fez grandes esforços junto do Doutor Paulo Agostinho, diretor e chefe de divisão da educação da CML, para que a situação fosse resolvida.-----

----- Tinha estado ao longo do dia sempre sincronizado com a diretora da escola e em comunicação constante, ficou resolvido e a escola não fechou.-----

----- Não sendo uma competência sua mas a Junta estava atenta e podia até indicar que sempre que era necessário alocar algum recurso humano da Junta de Freguesia para garantir o normal funcionamento das atividades letivas isso era feito. Com certeza que o Executivo da Junta estaria sempre atento a essa questão.-----

----- O fecho da Escola do Castelo não era um cenário sequer previsível e caso fosse seria uma luta em que com certeza estariam todos juntos para não deixar que acontecesse.-----

----- **Ponto 2 – Aprovar a Ata nº 4;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata número 4**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião.-----

----- **Ponto 3 – Aprovar a Prestação de Contas do ano de 2021, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 42/2021-2025);**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se a Senhora Diretora da área poderia intervir, Doutora Filomena Marques, caso fosse necessário, tendo recebido a permissão da Assembleia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que esse relatório de gestão referente ao ano 2021 estava muito caracterizado pelo impacto que a pandemia teve na economia da cidade e também nas receitas e na capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia. --

--- Houve uma redução muito significativa da verba que deveriam ter recebido, que estava prevista. Em consequência da isenção que a Junta decretou ainda antes da Câmara Municipal para a ocupação dos espaços públicos comerciais, designadamente esplanadas, e também porque grande parte da verba que a Câmara devia ter enviado, respeitante a protocolos e contratos interadministrativos, ainda da responsabilidade da anterior gestão. Não foi enviado, também com o argumento que era preciso desviar recursos para apoio à situação do confinamento e da pandemia.-----

----- Foi uma quebra de receita em cerca de 18%, o que correspondia em números reais a cerca de 1.450.000 euros. Algo com um impacto muito grande e que originava um déficit de exercício nesse valor, que só foram cobertos com o saldo transitado do ano anterior. De 2020 para 2021 havia um bom saldo transitado, superior a dois milhões de euros, que deu para cobrir essa despesa e que dava um saldo positivo de exploração para o ano que estava em curso de meio milhão de euros.-----

----- Nessa perspetiva conseguiu-se cumprir com as obrigações, sobretudo as sociais e também as de conservação e intervenção no espaço público.-----

----- O ano de 2022 seria um ano de pequena recuperação. Não fazia só críticas e queria registar que a atual gestão municipal já honrou metade de uma das dívidas que a anterior gestão municipal tinha para com a Junta de Freguesia. Já era qualquer coisa e queria deixar isso registado, mas apesar de tudo estavam numa situação de dificuldade porque se não fossem renovados os contratos continuariam a ter situações difíceis, designadamente para a intervenção na área da higiene urbana e para aquilo que faziam já de uma forma razoável.-----

----- Encarava-se o ano com maior tranquilidade do que aconteceu em 2021, mas estariam atentos e atuantes para que pudessem voltar à situação anterior. No global,

contando as verbas que a Câmara não transferiu e com a quebra da receita do espaço público, houve uma quebra total de receita em 25%, o que era muito significativo, quando aumentou a despesa social e isso certamente só os valorizava, assim como aumentou a despesa com o pessoal da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Prestação de Contas do ano de 2021, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta nº 42/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS), 2 votos contra (PCP e PEV) e 3 abstenções (CDS-PP, PSD e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 4 – Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 9º da Lei nº 75/2013 (Proposta nº 43/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o meio milhão de euros da revisão orçamental estava aplicado em despesas com pessoal e despesas correntes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **1ª Revisão ao Orçamento de 2022, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 9º da Lei nº 75/2013 (Proposta nº 43/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PS), 2 votos contra (PCP e PEV) e 3 abstenções (CDS-PP, PSD e BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 – Aprovar a nomeação da Sociedade Telma Curado e Associados, SROC para a certificação de contas do Mandato 2021-2025 (Proposta nº 45/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que era um imperativo legal ter um revisor oficial de contas. Cessou o contrato com o anterior e estavam a começar com esse. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Vaz (CDS-PP)** disse que a sua questão prendia-se com a necessidade de esclarecer previamente à contratação se foi feita consulta a outros prestadores de serviços e qual o valor mensal dessa prestação. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que a palavra “nomeação” despertou-lhe mais a curiosidade, saber se era possível uma nomeação ou se teria que ser uma consulta pública pelo menos a três diferentes. -----

----- **Doutora Filomena Marques** esclareceu que foi feita consulta a quatro sociedades revisoras oficiais de contas, incluindo a que cessava funções e que entregou a proposta fora de prazo. -----

----- Por Lei, todas as entidades que tivessem um orçamento superior a duas mil vezes o ordenado mínimo nacional eram obrigadas a ter revisores oficiais de contas. Era uma disposição legal desde 2015. -----

----- A nomeação que estava proposta era para todo o mandato, 2021 a 2025. A contratação dessa empresa vigorava só para vinte e quatro meses, começando no dia 1 de abril. Seria feito o acompanhamento da certificação de contas e de todas as contas ao longo dos dois anos. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que queria esclarecer uma dúvida. Quando se referia que a nomeação dizia respeito à totalidade do mandato mas que a contratação dizia respeito apenas aos dois anos, seria porventura importante ser partilhado com os Membros da Assembleia quais as condições contratualmente previstas para esses dois anos, nomeadamente qual a remuneração prevista. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se com a documentação distribuída o Membro Hugo Duarte conseguia ter esclarecida a questão e a dúvida. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que olhando para o documento, Proposta nº 45, não via qualquer referência a quantificação de valores. -----

----- **Doutora Filomena Marques** disse que só estava a identificação e o currículo das pessoas que integravam a sociedade. -----

----- O valor de dois anos tinha a ver com a contratação pública, eram 19.950 euros, ficava abaixo do valor que estava a ser pago à anterior sociedade. -----

----- Se tudo corresse bem mantinham-se durante os quatro anos, o mandato de 2021 a 2025, embora o ano 2021 já estivesse fechado e certificado. -----

----- Tinha a ver com as limitações da contratação e os valores legais. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que seria importante do ponto de vista da partilha de informação e para que essa partilha fosse feita do modo mais claro, transparente e escrutinável possível, que a proposta apresentada mencionasse eventualmente num anexo essa informação. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que se toda a Assembleia concordasse faria um pedido formal. Objetivamente não via nenhum impedimento em solicitar a retirada desse ponto. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não se podia retirar... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que só via uma de duas justificações e pedia à maioria da Assembleia que o ajudasse na decisão. Se a Doutora Filomena Marques identificava um impedimento ou constrangimentos de retirar a proposta e precisava de perceber o porquê. Se não houvesse nenhum impedimento pedia que o ponto fosse retirado e fosse distribuída toda a documentação. -----

----- Se o Executivo sentisse necessidade de agendar nova Assembleia dentro de sete dias, preferia que fosse assim. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que não estava a solicitar a marcação de uma nova Assembleia por essa questão. Solicitava essa informação porque era importante para fundamentar o sentido de voto. -----

----- Deixava uma sugestão para futuros processos de consulta à Assembleia de Freguesia, que para além da indicação do valor informar se foram consultadas outras três empresas, identificar essas empresas e um pequeno relatório a explicar o critério para a escolha dessa empresa, se foi o valor, se foi a competência técnica, o currículo. Senão estavam a analisar um documento que carecia de maior informação para uma adequada avaliação por parte dos Membros da Assembleia. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Vaz (CDS-PP)** disse que os esclarecimentos prestados eram suficientes. Percebia a questão do valor, estava abaixo dos vinte mil, ia para consulta prévia. Uma vez que o Executivo garantia ter feito a consulta e atendendo ao valor que era apresentado não tinha nada contra votar já, mas sob condição de lhes ser remetida depois os termos da própria consulta, do convite, etc.. Votaria mas na condição de ser remetida uma informação mais detalhada. -----

----- **Doutora Filomena Marques** explicou que o contrato só poderia ser assinado depois da nomeação estar efetivada na Assembleia de Freguesia. Seria publicado no portal base com todas as condições, a consulta que foi feita às entidades. Ficaria no portal base o valor, o processo todo que foi feito. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que faria complementarmente um outro pedido, que ao enviarem a documentação enviassem em simultâneo o relatório do procedimento do júri. O procedimento foi avaliado, convidaram as empresas A, B, C e D e depois tinha uma breve síntese, era aquela que admitia ser colocada no procedimento do base.gov. -----

----- Que enviassem para todos os Membros da Assembleia de Freguesia para ficarem devidamente esclarecidos sobre o nome das entidades, os valores que propunham. Caso existisse empate, que por vezes podia acontecer, qual o critério de decisão.-----

----- Constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **nomeação da Sociedade Telma Curado e Associados, SROC para a certificação de contas do Mandato 2021-2025 (Proposta nº 45/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS e CDS-PP) e 4 abstenções (PCP, PEV, PSD e BE)-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“O que justifica a nossa abstenção e não o nosso voto contra é o compromisso que foi assumido de nos ser facultada esta informação, que do nosso ponto de vista é fundamental e futuramente deve ser facultada de modo atempado para que a votação seja feita com toda a informação necessária.”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 7 – Apreciar a Informação Escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do nº 2 do art. da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que verificava mais informação em relação às últimas informações escritas. Agradeceu ao Executivo esse esforço.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era ainda sobre o ponto anterior, que independentemente do envio se algum dos Membros da Assembleia quisesse ir na próxima semana à Junta para consultar esse processo, ele estava completamente à disposição.-----

----- Quanto à Informação Escrita, ficava à disposição para qualquer esclarecimento que quisessem solicitar.-----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que relativamente à reunião com a PSP havia uma questão que já colocavam desde o anterior mandato e que continuava por resolver. Tinha a ver com os vendedores de louro na zona da Baixa.-----

----- Da última vez que abordaram esse tema havia uma lacuna de comunicação entre a Junta e a PSP, em que a PSP transmitiu o seu lamento pelo facto da Junta de Freguesia não lhe ter feito chegar informação referente à correspondência que teria sido devolvida por falsas moradas dadas na altura às entidades autuantes e que por esse motivo os processos não tiveram sequência. Aguardava-se na altura que a Junta fizesse chegar à PSP um ponto de situação sobre essa correspondência devolvida, para que a polícia pudesse dar seguimento ao seu trabalho.-----

----- Queria saber qual era o ponto de situação, se entretanto essa situação já foi ultrapassada em definitivo.-----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que tivera oportunidade de acompanhar a Senhora Vereadora Filipa Roseta e o Senhor Presidente da Junta numa visita a que chamavam “património disperso municipal”.-----

----- Ouviram-se os apelos do Senhor Presidente em relação a diversos edifícios, que alguns até seriam passíveis de conversão em escritórios. Tudo o que foi possível anotar nessa visita tinha remetido à apreciação dos serviços e esperava que o mais breve possível se pudesse tomar alguma comunicação e avançar mais.-----

----- Estavam muito empenhados em resolver a crise de habitação existente na cidade e reabilitar o património o mais depressa possível.-----

----- Tinha ouvido o Senhor Presidente e pensava que a sua assessora de comunicação, naquelas escadas que iam de Alfama para as Portas do Sol, queixarem-se do vandalismo

àquela pintura mural nas paredes do túnel. Na altura estavam a ponderar forrar essa superfície com acrílico.-----

----- Enquanto arquiteta tinha sempre pensamento do ponto de vista da matéria. O problema do acrílico era libertar toxicidade no caso de fogo e como havia vandalismo podia levar as pessoas a queimar o acrílico. Também era possível partir o acrílico, sujar, riscar e depois a proteção ainda saía pior “a emenda que o soneto”. Uma superfície plástica não parecia muito boa ideia.-----

----- Deixava uma sugestão, sabendo que envolvia verbas e a situação estava difícil, mas transformar aquele mural ou abrir concurso para outro mural num painel de azulejos, ou simplesmente assumir que se tinha que iluminar melhor, vigiar, assumir que aquele vandalismo era uma questão de comportamento. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** disse que deixava para o fim as apreciações que eram sempre muito agradáveis em relação à forma cuidada e atenciosa como era gerido o dinheiro público na Freguesia, como era gerido o dia a dia da Freguesia, como tão bem era acompanhada a Freguesia.-----

----- Era com muito agrado que dizia essas palavras porque, no que podia apreciar do que estava exposto na Informação Escrita, era um trabalho diário de acompanhamento dos problemas dos fregueses. Tinham sido ali bem expostos em duas situações, em que se via o esforço e o caminho de diálogo com o novo Executivo da CML. -----

----- Era esse diálogo que queria ver reforçado para continuar o caminho da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, que resultava de uma reorganização da cidade mais próxima do cidadão, que permitia capacitar as Juntas de Freguesia com equipamentos e pessoal que fazia o seu trabalho diário em prol da higiene urbana, em prol da mobilidade dos cidadãos. -----

----- Gostava de apelar também aos colegas da coligação “Novos Tempos” que entendessem o esforço monetário que a Junta fazia para acompanhar o trabalho da Câmara na recolha e na manutenção da higiene urbana na Freguesia. -----

----- O turismo era uma atividade em retoma e que assumia novamente um papel na economia, que não seria possível sem a Junta, sem o papel da higiene urbana. O turismo atualmente já não era uma atividade na Freguesia apenas sazonal, já estava a ocupar o período de todo o ano. O lixo estava a acumular e a Junta precisava desse apoio, tentar que o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa e a coligação “Novos Tempos” respondessem às necessidades que havia na cidade. -----

----- A Freguesia tinha uma localização única, era muito procurada e seria mau para todos.-----

----- Agradecia ao Senhor Presidente da Junta o cuidado que teve em relação ao netflix e a essa atividade na Freguesia, uma atividade que era penosa para os fregueses e principalmente aqueles que iam viver nas ruas. Era algo único, pensava que em Lisboa nunca foi dado um licenciamento para essa atividade em dez dias, para um período tão longo. Era inacreditável que não houvesse esse diálogo entre os serviços da Câmara e a Freguesia.-----

----- Queria deixar uma palavra de apreço à Engenheira e ao seu trabalho, que acompanhava. Era um trabalho em proteção da mobilidade na Freguesia. As esplanadas na Freguesia tinham um valor sempre acrescido, mas era um valor igual ao de outras Freguesias de Lisboa com menos procura. Esse trabalho talvez devesse ser melhorado, mas certo era que a chefe de divisão da fiscalização acompanhava na rua, via-a juntamente com a Polícia Municipal a combater os abusos que eram feitos na atividade económica desenvolvida na Freguesia e que tanto prejudicava os fregueses, principalmente aqueles com uma mobilidade mais reduzida. -----

----- As preocupações ambientais eram também uma preocupação da Junta, era importante melhorar a qualidade de vida dos fregueses. Via um trabalho que o deixava contente e orgulhoso de fazer parte da equipa e de colabrar de forma ativa com a Junta de Freguesia e com o seu trabalho junto da população. -----

----- Não podia deixar de fazer um elogio ao acompanhamento que era feito também na parte cultural e na parte educativa na Freguesia, um acompanhamento presente e competente que apoiava não só o trabalho da Câmara Municipal mas também o trabalho do Ministério da Educação nas suas competências. -----

----- Havia um projeto de videovigilância que era muito importante para a Freguesia, que estava em curso e que desconhecia o ponto em que se encontrava. A videovigilância devia ser pensada para a Freguesia como um elemento dissuasor de alguma atividade menos recomendável e prejudicial não só à atividade económica como à vida das pessoas, claro que controlada. Seria um tema de discussão interessante no futuro para a Freguesia. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha três questões com a consciência que não era da Junta de Freguesia, mas a Junta de Freguesia tinha o dever de pressionar junto das entidades que tinham essas competências. -----

----- Quanto ao Martim Moniz, tinha estado na sessão da apresentação da ideia e achara muito interessante, sempre era melhor do que aquilo que queriam lá fazer. Era necessário que a Junta não fizesse aquilo que a Câmara fazia normalmente, de não chamar as pessoas, não dar conhecimento às pessoas daquilo que se estava a fazer, não envolver as pessoas e as instituições, as associações e coletividades da Freguesia na discussão dessas coisas. Porque no fim de contas era para todos. -----

----- Foi uma boa ideia e logo veriam como ia correr, mas à primeira vista sempre era mais bonito. Já tivera oportunidade de transmitir isso aos seus camaradas. -----

----- Depois, não sendo competência da Junta, mas pedia que se empenhasse em saber junto da Câmara e pressionar a Câmara para a recuperação do Largo de São Miguel, naquele espaço onde era para ser construído o Museu Judaico e que a reivindicação das pessoas, das 1200 assinaturas recolhidas para que a Câmara construísse habitação, se isso se mantinha. Portanto, solicitava que a Junta de Freguesia também se empenhasse nessa reivindicação. -----

----- Depois era a questão que o turismo era muito bom mas estava a fechar comércio, estavam a ser só restaurantes e bares e lojas de artesanato dos nepaleses, que não tinha nada contra eles mas só eles abriam lojas. Mas restaurantes e bares era o que estava a dar. -----

----- Entretanto também estava a dar as trotinetes estacionadas todas desordenadas, ao monte em cima dos passeios, ao monte nas ruas. Os tuc-tuc continuavam a ser demasiados e era uma coisa que a Junta não podia largar. Não se podia ser alheio a essas coisas e dentro das competências pressionar. Sabia qu a Junta tinha muita preocupação com isso mas tinham que continuar a insistir. -----

----- Um dia que quis entrar na casa de uma pessoa tinha três trotinetes à porta, caídas no chão, que era complicado entrar. Imaginava as restrições que as pessoas tinham para sair de casa com todas essas situações. Portanto deviam estar atentos e a Junta, não sendo competência, mas era para isso que a Junta também existia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu ao Executivo que fizesse uma súmula e até eventualmente deixar a garantia que só iria fazer ao Presidente de Câmara metade das reivindicações que fez ao anterior, para não deixar ninguém nervoso nem preocupado. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha reuniões regulares e periódicas com as polícias. Certamente concordariam que não podia ali revelar o teor das reuniões, porque não devia. -----

----- Não sendo competência da Junta, claro que tinha sempre preocupações em relação à segurança no espaço público, se havia mais ou menos assaltos, se havia mais ou menos intranquilidade para as pessoas que ali moravam, para as pessoas que visitavam, isso tudo. Portanto, essas reuniões eram para colocarem às polícias as preocupações. ---

----- Das polícias também recebia as sugestões que faziam em relação a determinados assuntos. Por exemplo, não podendo fazer iluminação pública, que era competência exclusiva da Câmara, mas nos edifícios da Junta tinham colocado projetores, em pontos considerados de risco, para evitar determinado tipo de práticas criminosas, sobretudo venda de droga e coisas associadas ao assalto, ao incómodo. -----

----- Sobre essa matéria não tinha recebido queixa nenhuma da polícia. Houve um esclarecimento sobre a tramitação legal, mas não tinha recebido nenhum comandante. Como era evidente não reunia com os agentes da polícia, reunia com os comandantes e nenhum comandante da polícia, tanto ao nível da divisão como ao nível da esquadra, solicitou uma listagem. -----

----- Essa informação não era a que lhe foi solicitada pela PSP quando discutiram esses assuntos. Claro que a venda da falsa droga, porque aquilo era louro, era um problema que tinham na Freguesia e ao qual estava sempre a solicitar à polícia para intervir. A polícia tinha um quadro legal muito limitado para agir de outra maneira. -----

----- Num auto de contraordenação tinha que se ouvir a pessoa, nesse caso o vendedor do dito produto, mandava-se uma equipa de juristas à PSP para os ouvir lá, sobretudo por razões de segurança. Isso estava a correr bem. -----

----- Houve de facto uma dificuldade de interpretação legal sobre quem era quem nesse processo, que ficou esclarecido numa reunião de trabalho onde esteve a Engenheira Célia Mota com as equipas técnicas e juristas deles. -----

----- Não tinha *feed-back* das reuniões daquela situação que foi colocada. Se houvesse alguma questão que pudessem tratar ou responder, claro que o fariam, mas não tinha bem em rigor o quadro daquilo que foi dito. Admitia que sim, alguém falou com o freguês e disse, mas não era aquilo que lhe transmitiam das reuniões com os dirigentes da PSP. -----

----- Tinha ouvido a Membro do PSD falar e numa coisa queria ser muito claro, aquela pintura que estava ali não era uma pintura qualquer, era uma pintura de um dos maiores artistas portugueses, Nuno Saraiva, professor de desenho na Faculdade de Belas Artes, que fazia o “Inimigo Público”, que fazia caricaturas e desenho. Fez aquilo a convite da Junta e aquela era uma peça de arte referida nas revistas internacionais, já estudada pelas universidades, havia excursões de alunos. -----

----- Foi vítima de vandalismo e foi ele que sugeriu colocar ali um acrílico porque era mais fácil substituir um acrílico estragado do que repintar uma pintura que foi completamente borrada. Ele repintou e no dia seguinte já estava outra vez vandalizada. -----

----- Não cometia a injustiça de dizer aquilo que porventura lhe tinha ensinado a si, “fiscalize mais”. Se fossem para a fiscalização em matéria de segurança, era a Câmara que tinha de tratar dessas coisas e a Polícia Municipal, não era a Junta. Se garantissem que havia lá um polícia todos os dias não punha o acrílico, mas como não podiam garantir isso, até porque seria mal empregue, ía pôr o acrílico assim que combinasse com o Nuno Saraiva e quando estragassem o acrílico voltava a pôr outro. -----

----- O que não ia era pintar de branco. Aquilo era uma obra de arte referenciada internacionalmente em todo o lado e estava ali muito bem, era um local de passagem. Aquela casa-de-banho não existia, foi a Junta que a fez, era uma vergonha os turistas

irem ali e não terem onde fazer as suas necessidades. Colocou-se ali aquela casa-de-banho e aproveitou-se aquele espaço para colocar essa pintura do Nuno Saraiva, que era já um objeto de referência, de estudo e de culto das faculdades.-----

----- Uns tempos atrás estava lá uma equipa de estudantes de uma das faculdades de Braga, que foram de propósito para ver aquilo. Fazia-se ali cultura e era algo de muito interessante e muito importante. -----

----- Agradeceu as palavras do Membro Carlos Dias Torres. Disse que havia um bom diálogo com a Câmara, mas diálogo sem resolução a certa altura não servia para nada. Ainda conseguiam ter diálogo mas haveria uma altura em que começava a cobrar. Se tinha cobrado tanta coisa ao Fernando Medina também ia cobrar à Câmara atual se fosse necessário. Oxalá não tivesse que o fazer.-----

----- Reconhecia que havia um diálogo muito civilizado e cordial com os responsáveis municipais. Recebeu-se a Vereadora Filipa Roseta e antes disso tinha estado com ela numa reunião, tinha grandes expectativas em relação a ela, tinha um discurso muito próximo e parecia-lhe que teria problemas no seu partido mais tarde ou mais cedo. Assim ela tivesse força para concretizar aquilo que tinha transmitido, designadamente sobre o alojamento local.-----

----- Queria saudar uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, que ia ao encontro daquilo que Junta de Freguesia levava muitos anos a dizer e que também valorizava muito a decisão tomada na Assembleia Municipal de suspender o alojamento local até haver um novo regulamento. Se houvesse um novo regulamento, se calhar não tinha sido necessário o Supremo Tribunal de Justiça ter tomado uma deliberação desse género. -----

----- A questão da netflix de facto era uma violência sobre a Freguesia. Não era um investimento tão grande quanto isso, eles diziam que num projeto de 200 milhões de euros cabiam a Portugal 22 milhões, mas 13 milhões eram financiamento do Estado Português que lhes pagava para eles irem ali filmar. Do pacote deles só iam 9 milhões e dez dias de filmagem implicavam quinze dias parados na Freguesia, com cortes de trânsito, sem estacionamento, ruas inteiras fechadas durante o dia e a noite, punham e dispunham. -----

----- Quem autorizava isso era a Câmara, não era a Junta, mas tinha o direito de dizer que estava contra mesmo que ficasse muito impopular e o chamassem de troglodita. Já tinha sido brindado pelo João Miguel Tavares no Público, estava-se marimbando para isso, estava a defender o direito ao descanso e qualidade vida das pessoas que ali moravam. Se isso lhes tocasse na rua iriam sentir na pele e o seu papel enquanto Presidente de Junta era assumir a defesa das pessoas que ali moravam. -----

----- Sobre a videovigilância pensavam a mesma coisa, tinha que se fazer esse debate. -----

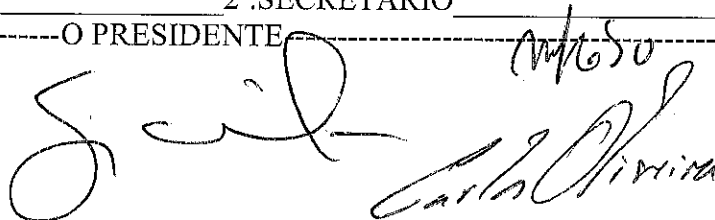
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO

2º.SECRETÁRIO

O PRESIDENTE

The block contains three handwritten signatures in black ink. The signature on the left is the largest and most stylized, appearing to be 'J. Silva'. The signature in the middle is smaller and more legible, appearing to be 'Filipa Roseta'. The signature on the right is also smaller and appears to be 'Carlos Dias Torres'. There are some additional scribbles and marks around the signatures, including what looks like 'M/2020' written above the middle signature.